

HABEAS CORPUS Nº 520.701 - SC (2019/0201504-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : OSVALDO JOSE DUNCKE E OUTROS
ADVOGADOS : OSVALDO JOSE DUNCKE - SC034143
FRANCIELI APARECIDA DUTRA - SC049193
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : FERNANDO BECKER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **FERNANDO BECKER**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Segundo se infere dos autos, o paciente teve a prisão preventiva decretada pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06.

Neste *writ*, o impetrante sustenta que "o Paciente é portador de HIV e encontra-se em tratamento para controle de tuberculose, fazendo uso contínuo e ininterrupto de medicamentos, assim como, necessitando de acompanhamento médico e cuidados especiais".

Argumenta que, nos termos do art. 318, II, do Código de Processo Penal, o paciente tem direito ao cumprimento da prisão em regime domiciliar, uma vez que não há condições adequadas nos presídios e que a sua manutenção no cárcere ocasionará o agravamento do seu estado de saúde.

Pleiteia, assim, a substituição da custódia provisória por prisão domiciliar.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de manifesto constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

Quanto ao pedido de prisão domiciliar, o juízo de primeiro grau assim se manifestou:

"Compulsando os autos, entendo que o pedido de prisão domiciliar formulado pelo acusado não comporta acolhimento.

Isso porque, não há qualquer prova nos autos de que o acusado estaria impossibilitado de receber tratamento adequado no estabelecimento prisional, em razão das supostas patologias que lhe acomete.

Ademais, o acusado está foragido, impossibilitando a realização de eventual perícia médica para constatação de suas legações, sendo incabível, dessa forma, a concessão da benesse requerida."

Do acórdão impugnado, consta ainda:

"Com relação ao pedido de prisão domiciliar em razão ao estado de saúde do paciente, este não merece deferimento.

Dispõe o art. 318, inc. II, do Código de Processo Penal:

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

[...] II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

E não restou devidamente comprovado nos autos que as supostas moléstias do paciente não poderiam ser tratadas dentro do próprio ergástulo público.

Ainda, como bem destacou a magistrada singular "[...] o acusado está foragido, impossibilitando a realização de eventual perícia médica para constatação de suas alegações, sendo incabível, dessa forma, a concessão da benesse requerida" (fl. 44).

Da mesma forma salientou o douto Parecerista, asseverando que "não há nos autos qualquer prova acerca da suposta impossibilidade do estabelecimento prisional de fornecer tratamento para as doenças que acometem o paciente. De mais a mais, como bem frisou este ilustre Desembargador Relator, o acusado está foragido, fato este que impede a realização de perícia destinada a atestar as não comprovadas alegações do impetrante" (fl. 105)."

De acordo com o art. 318, inciso II do Código de Processo Penal, o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for extremamente debilitado por motivo de doença grave.

No caso dos autos, todavia, as instâncias ordinárias concluíram pela ausência de comprovação da impossibilidade de tratamento dentro do próprio estabelecimento prisional. Logo, rever tal entendimento demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência incabível nesta via mandamental.

A propósito:

"[...]

2. A situação de extrema debilitação por doença grave, como medida excepcional justificadora da prisão domiciliar, deve ser demonstrada de plano, mediante a apresentação de documentos e laudos médicos que comprovem a ineficiência e a inadequação estatais no tratamento de saúde prestado no sistema prisional.

3. Não está demonstrada a suposta incompatibilidade entre o tratamento necessário ao recorrente e sua manutenção no estabelecimento prisional, sobretudo porque as instâncias ordinárias foram firmes ao asseverar que ele tem recebido o tratamento cabível, está em uso de medicação de uso contínuo e foi efetuada solicitação de atendimento na UPA.

4. Recurso não provido.

(RHC 117.262/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 11/11/2019)

"[...]

2. "O deferimento da substituição da prisão preventiva por prisão

domiciliar, nos termos do art. 318, inciso II, do Código de Processo Penal, depende da comprovação inequívoca de que o réu esteja extremamente debilitado, por motivo de grave doença aliada à impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra" (RHC n. 58.378/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 25/8/2015).

3. No caso, o Tribunal entendeu que o acusado deveria permanecer internado cautelarmente até a conclusão pericial acerca da sua imputabilidade ou do efetivo controle de sua periculosidade. Ainda, embora tenha juntado alguns documentos atestando que o paciente enfrenta problemas de saúde, não há qualquer comprovação de que esteja extremamente debilitado e que não há possibilidades de receber tratamento médico no estabelecimento em que se encontra.

Ausência de constrangimento ilegal. Precedentes.

4. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e desprovido.

(RHC 117.628/CE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 05/12/2019)

Ademais, conforme ressaltado, o paciente está foragido, não havendo nos autos notícias da sua prisão até o momento.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator